

fonte: Ag. em Dia (MC)

class.: 316

data: 24/01/95

pg.: _____

Terras indígenas não são ociosas

LUIZ LOBO

A extensão e a suposta pouca utilização das terras indígenas têm sido usadas como argumentos para impedir a sua demarcação. A "ociosidade" das terras indígenas irrita a sociedade brasileira principalmente nesse momento em que a miséria, a fome e o número de camponeses sem terra chegam à casa dos milhões. A sociedade se pergunta, e talvez já tenha a resposta, para que servem as terras indígenas e por que demarcá-las para tão poucos índios; questiona também se já não é hora de estudar um modo dos índios viverem como os brancos ou no mínimo em "parceria" com eles.

Talvez o que a sociedade não questione seja qual o conceito de ociosidade que emprega quando se refere às terras indígenas; se viver como os brancos significa viver na miséria como uma grande parte da nossa população; quem e para que querem as terras dos índios e, ainda, se o Estado brasileiro necessita mesmo das terras indígenas para resolver o problema fundiário do país.

O modo de produção e ocupação do espaço pelos diversos povos indígenas no país já foi recontado por vários antropólogos. Mesmo sem se estender nesse assunto; é importante lembrar que tradicionalmente as comunidades indígenas não têm uma economia de mercado. Portanto, aqueles que ainda produzem de acordo com seus padrões culturais preservam tais características, o que não significa que possuem terras ociosas, mas que as ocupam e as exploram de maneira distinta. Até aqui nenhuma novidade.

Trabalhando com uma hipótese - Mas, e se fosse admitida como verdadeira a hipótese de que as terras indígenas são mesmo ociosas, em que elas se diferenciariam das demais terras (ociosas) do país? Não haveria qualquer diferença, ou melhor, ela seria apenas numérica; o Brasil passaria a ter 51,86% ao invés de 40,86% de terras ociosas, pois dos 851.196.500 hectares, 11% do total, e as terras ociosas 185.056.806,6 de hectares. Neste caso entende-se por ociosa a terra em que não há qualquer

tipo de exploração, seja ela agrícola, pecuária, florestal ou agroindustrial. Não se trata, portanto, de exploração diferente da terra, mas de ausência total dela.

Mas, embora haja estes dados, a campanha pela redução das terras indígenas continua. Os Estados federados que mais alarido fazem em torno desta questão são os que mais têm terras sem uso.

Vergonhosa afronta à vida - Diante de tais dados, é impossível defender reforma agrária em terras indígenas.

Portanto, não é a "ociosidade" das terras indígenas que incomoda — já que quase a metade das terras do país está nesta condição e poucos fazem alguma coisa para alterar esse quadro —, mas sim inalienável, ou seja, bens fora do comércio. É a impossibilidade de acumular mais pela simples especulação da terra, já que essa atividade no Brasil é mais lucrativa que a produção, que coloca tantos contra o direito dos povos indígenas as terras que tradicionalmente ocupam.

Cabe à sociedade como um todo refletir sobre tais dados. Eles não servem apenas para contratar a quantia de terra indígena com as ociosas. Mas desnudam também um dos motivos da miséria, da fome, da quantidade de trabalhadores sem terra no país, da violência, além do poder das oligarquias.

Ao demarcar as terras indígenas, o Estado brasileiro não está tirando ou negando nada ninguém, mas reconhecendo um direito que é anterior a ele, e evitando que o número de miseráveis cresça. Lutar pela garantia dos direitos dos povos indígenas à terra é mais que um gesto de cidadania. É negar aos latifundiários e aos especuladores o direito de se apropriar de mais uma fatia de terra em detrimento da vida de vários povos. Um país de 32 milhões de miseráveis não pode se dar ao luxo de ter 40,86% de suas terras sem produzir.

Luiz Lobo é coordenador do CIMI LESTE — Conselho Indigenistas Missionário do Leste